

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu serei mais breve e mais célere do que V. Exa. foi.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Pode falar.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu quero dizer o seguinte: eu não tenho problema com ouvir. A gente não quer só ouvir, a gente também quer ser atendido em pontos. E tenho certeza de que nós vamos contribuir com propostas quando vamos para as audiências públicas. É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não tenha dúvida. Inclusive, tem dois pontos que eu sei que V. Exa. já solicitou e que estão sendo estudados.

Com a palavra, a deputada Carla Morando.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB – PARA COMUNICAÇÃO - Também gostaria de começar parabenizando as nossas colegas deputadas que tiveram o projeto aprovado: a Analice, que é do nosso partido... Cadê? Parabéns, Analice. Sei da sua luta pela categoria. E hoje foi uma grande vitória para você e para todas as enfermeiras.

E também gostaria de fazer uma entrega. Um mês atrás, mais ou menos, nós tivemos uma sessão solene, aqui no plenário, com a questão dos 20 anos da morte de Franco Montoro. E hoje eu gostaria de fazer a entrega para você, nosso presidente, de um quadro da primeira folha da fundação do nosso partido, do PSDB. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Eu agradeço à deputada Carla Morando. Só lembrando que ela faz essa entrega porque, nessa primeira folha, consta a assinatura do senhor meu pai, hoje deputado federal, Vanderlei Macris, que é um dos 109 fundadores do PSDB no Brasil.

Com a palavra, a deputada Janaina Paschoal.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - Muito obrigada. Na verdade, até para comunicar à população que houve, hoje, aqui na sala da Presidência, uma reunião muito produtiva. Foram horas de diálogo, de exposição de várias visões dos parlamentares, de esclarecimentos por parte dos técnicos que vieram. Porque a população pode pensar que nós não estamos debatendo, mas nós estamos debatendo. Então, houve uma comparação das mudanças na reforma federal com o que está sendo proposto na reforma estadual.

Houve debates em torno da PEC paralela que está sendo debatida no Congresso Nacional. Falamos muito da situação dos policiais civis, porque realmente, infelizmente está ocorrendo uma diferenciação no tratamento da Polícia Militar e da Polícia Civil, o que gera... Não é nem só um problema, vamos dizer assim, de ordem financeira. É também uma questão de ordem psicológica.

Porque nós criamos uma filosofia, no estado de São Paulo, por anos - e eu participei disso, porque trabalhava na Secretaria da Segurança Pública na época -, de que a Polícia Militar e a Polícia Civil são coirmãs. E, de repente, as regras, em termos de Previdência e de aposentadoria no geral, estão sendo muito alteradas para a Polícia Civil e mantidas para a Polícia Militar.

Então, isso foi debatido de forma a encontrar um caminho para minorar o impacto da reforma para os policiais civis. Houve uma discussão, que eu acho que avançou de maneira muito positiva, com relação à alíquota dos 14%, sobretudo para aqueles funcionários que ganham pouco. Parece ser um consenso, entre os parlamentares, que elevar para esses funcionários, de 11% para 14%, vai ser uma injustiça.

Então, foi uma tarde muito produtiva. E eu entendo que a vinda dos técnicos, na próxima segunda, é também saudável, porque todos nós poderemos, vamos dizer assim, amadurecer o que foi debatido hoje, para voltar a essa discussão na segunda-feira. Então, acho que foi muito bom, produtivo e que encontraremos caminhos.

E também senti, da parte dos técnicos, uma abertura para essa reflexão. É claro que eles vêm com aquela mentalidade mais econômica, no sentido de fazer contas: “não, mas se eu acolher essa sua proposta, vai diminuir em tanto o que a gente ganharia”. Mas eles também sentiram que o intuito da Casa não é inviabilizar; é fazer essa reforma de maneira justa.

E também aproveitei para fazer um agradecimento para o líder do Governo, para o governador e para o secretário de Saúde, porque eu também fiquei muito aflita com a notícia de que a maternidade de Guarulhos, Jesus José Maria, fecharia as portas.

Também conversei com essas autoridades, e veio essa notícia boa de que a maternidade não vai fechar. É uma maternidade essencial para Guarulhos, que é a segunda maior cidade, o que não significa que nenhuma cidade é melhor que a outra, mas atende a uma população muito significativa.

E aí eu faço coro a V. Exa. no pleito: peço, pelo amor de Deus, que todos os colegas entendam que nós perdemos um tempo precioso com esses embates absolutamente desnecessários. Então, as pessoas têm direito a pensar e a falar o que acreditam; eu defendo esse direito, mesmo quando eu não concordo.

Mas essas homenagens a figuras históricas no mínimo complexas geram implicações para a Casa. Então, é um pedido: que colegas à direita e à esquerda evitem esse tipo de iniciativa. Porque são pessoas que mataram, que torturaram, e nesse momento não importa qual é a ideologia. Importam os crimes praticados.

Então, eu realmente me uno a V. Exa. no pedido para que todos os colegas façam o esforço para não reverenciar nem ditadores do passado e do presente, independentemente da linha ideológica seguida. Eu acho que essa Casa tem que privilegiar a república, a democracia, os valores constitucionais.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, eu participei da reunião com o presidente da São Paulo Previdência, o Sr. José Roberto. Mas eu não fiquei satisfeito com as respostas. E acho que esse tipo de encontro tem que ser ampliado.

Nós queremos debater com o secretário da Fazenda, que remos debater com, de fato, representantes do governo, porque tem questões de fundo que o presidente da São Paulo Previdência não vai responder: a questão da dívida ativa do estado de São Paulo, a questão da política de desoneração fiscal, que ele não vai responder, porque não está na alçada dele. A questão da dívida do estado com a São Paulo Previdência.

Eu falei que, quando nós fizemos a reforma da Previdência, quando ela foi aprovada em 2007, havia uma dívida bilionária da Fazenda com o Ipesp, com os servidores. Eu não fiquei satisfeito com a resposta do presidente da São Paulo Previdência.

Então, nós do PSOL somos totalmente contra essa reforma da Previdência, como fomos contra a reforma do Bolsonaro, a que o Temer apresentou, a que o Dória também apresentou aqui, foi aprovada pelo Bruno Covas. Porque é uma reforma, na verdade, dos banqueiros, do sistema financeiro. Nós não fomos domesticados com uma lógica do mercado. Então, nós somos oposição a essa reforma.

Nós queremos debater com profundidade essa questão da dívida. Tem vários pontos que nós queremos debater, mas não só com o presidente da São Paulo Previdência.

Nós queremos discutir com o secretário da Fazenda essa questão da dívida ativa do estado de São Paulo, de quase 400 bilhões de reais; a dívida passiva, que é a dívida do estado com os servidores, que não foi paga até hoje. Por que penalizar os servidores? Então, esse é o debate que nós queremos fazer também, ampliando um debate com o governo e sobretudo com o secretário da Fazenda, Henrique Meirelles.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esgotado o objeto da presente da sessão, está levantada a sessão. Boa noite a todos.

\* \* \*
- Encerra-se a sessão às 19 horas e 39 minutos.

\* \* \*

## 22 DE NOVEMBRO DE 2019

150ª SESSÃO ORDINÁRIA
<b>Presidência:</b> GILMACI SANTOS
<b>Secretaria:</b> CORONEL TELHADA

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - GILMACI SANTOS

Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca as Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Administração Pública e Relações do Trabalho, e de Finanças, Orçamento e Planejamento, para reuniões conjuntas a serem realizadas no dia 25/11, às 9 horas, às 9 horas e 30 minutos, às 10 horas, às 10 horas e 30 minutos, e às 11 horas, para exararem parecer sobre o PLC 80/19.

2 - JANAINA PASCHOAL

Lê e comenta nota enviada por major, a respeito de arte exposta na Câmara dos Deputados, ofensiva à Polícia Militar. Acrescenta que o autor, policial negro, não aceita ser tido como racista e genocida. Afirma que o policial militar é criminalizado em ambientes esquerdistas. Assevera que excessos da direita são reações a excessos da esquerda. Defende recuo de ambos os lados, a favor da paz. Manifesta-se contra homenagem a Augusto Pinochet, ditador chileno. Assevera que políticos de esquerda incentivam comportamento agressivo.

3 - LECI BRANDÃO

Reflete acerca de campanha publicitária do setor mobiliário, a favor da extinção do termo criado-mudo, cuja origem é racista. Acrescenta que a denominação a ser adotada é mesa de cabeceira. Comenta crimes de racismo e de injúria racial. Destaca sua posição parlamentar avessa a preconceitos. Afirma que há perseguição à população negra. Comenta discurso do deputado Sargento Neri, a respeito de arte exposta na Câmara dos Deputados.

4 - MAJOR MECCA

Tece considerações sobre a insatisfação de servidores da Segurança Pública. Lembra que policiais são tidos como truculentos pela imprensa. Afirma que a quase totalidade dos profissionais do setor são oriundos da periferia. Lembra promessas de campanha do governador João Doria, quanto à valorização salarial da categoria, por exemplo. Comenta projetos do governo estadual contra servidores públicos. Defende a presença do secretário da Fazenda e Planejamento, nesta Casa, para suprir dúvidas quanto a projeto de reforma da Previdência, no Estado. Lembra que em âmbito federal o tema fora discutido por 11 meses.

5 - CORONEL TELHADA

Lamenta acidente sofrido por Gugu Liberato. Informa que trabalhara com o apresentador por cerca de 15 anos. Saúda o município Mogi Mirim pela data comemorativa de seu aniversário. Afirma que hoje comemora-se o Dia do Músico. Parabeniza a Banda da Polícia Militar. Destaca operação de apreensão de armamentos, levada a efeito pela Polícia Civil. Critica ofensas aos profissionais da Segurança Pública, pela esquerda. Manifesta-se contra a representação, ao Conselho de Ética, do deputado Frederico d’Ávila.

6 - CARLOS GIANNAZI

Comenta o racismo estrutural em voga no Brasil. Lamenta atentado ao professor Juarez Xavier, em Baurui, por razões racistas. Combate parlamentar federal que destruiu arte exposta na Câmara dos Deputados. Lembra morte de Marielle Franco. Afirma que nem a direita chilena homenageia Augusto Pinochet. Critica criação de partido pelo presidente Jair Bolsonaro, com número de arma de fogo. Critica eventual instituição de disque-denúncia contra professores, pretendido pelo governo federal. Afirma que deve acionar o Ministério Público Federal contra a medida.

7 - JANAINA PASCHOAL

Comenta pleito da União das Entidades de Presidente Prudente e Região, a respeito da necessidade do início das atividades do Hospital do Câncer, no citado município. Clama pela autorização do funcionamento da instituição. Corroborra que há demanda para o tratamento do câncer. Afirma que deve encaminhar ofícios para o secretário da Saúde e para o ministro da Saúde, a respeito do tema. Comenta questionamentos acerca do projeto da reforma da Previdência pleiteada pelo governo estadual.

8 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Convoca, em nome da Presidência efetiva, sessão solene a ser realizada no dia 06/12, às 10 horas, para “Homenagem aos Policiais Veteranos da Polícia Militar do Estado de São Paulo e aos Amigos Colaboradores com a Medalha São Paulo”, a pedido do deputado Major Mecca.

9 - CARLOS GIANNAZI

Afirma que a reforma da Previdência estadual representa confisco salarial e redução de direitos conquistados historicamente. Assegura que o PSOL deve obstruir o trâmite do projeto, nesta Casa. Critica o pacote Verde Amarelo, do governo federal.

10 - CARLOS GIANNAZI

Comenta manifestações populares em andamento no Chile e na Colômbia, por exemplo, contra a supressão de direitos. Corroborra que em 2020 devem acontecer manifestações populares no Brasil. Critica política de exoneração fiscal promovida pelo Governo do Estado.

11 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

12 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 25/11, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra sessão solene a ser realizada no dia 25/11, às 10 horas, para “Homenagem ao Dia do Oficial R2”. Levanta a sessão.

\* \* \*

- Assume a Presidência e abre a sessão, o Sr. Gilmaci Santos.

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e convida o nobre deputado Coronel Telhada, para ler a resenha do expediente.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Pois não, Sr. Presidente. Temos uma indicação do prezado deputado Rafa Zimbaldi, indicando nos termos regimentais ao Sr. Governador do Estado, que libere recursos financeiros a serem destinados à Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

Temos, também, uma indicação do nobre deputado Bruno Ganem, indicando nos termos regimentais ao Sr. Governador do Estado, que determine aos órgãos competentes do Poder Executivo a realização de estudos e a adoção de todas as medidas necessárias para a disponibilização de recursos orçamentários, em parceria com o município de Viradouro, para o fomento de programas gratuitos de castração. Acho que é de animais, não é? Só pode ser castração de animais.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigad, nobre deputado. Vamos passar ao Pequeno Expediente.

\* \* \*

- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, convocação: Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto do Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinada com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Administração Pública e Relação do Trabalho; Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se na segunda-feira, dia 25, às 9 horas da manhã, no Salão Nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei Complementar nº 80/2019, de autoria do Sr. Governador.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto do Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinada com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das Comissões Constituição e Justiça e Redação; Administração Pública e Relação do Trabalho; Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se na segunda-feira, dia 25, às 9 horas e 30 minutos, no salão Nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei Complementar nº 80/2019, do Sr. Governador.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto do Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinada com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e Redação; Administração Pública e Relação do Trabalho; Finanças e Orçamento a realizar-se na segunda-feira, dia 25, às 10 horas da manhã, no Salão Nobre da Presidência, com a finalidade de analisar o Projeto de lei Complementar nº 80/2019, do Sr. Governador.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto do Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinada com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e Redação; Administração Pública e Relação do Trabalho; Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se segunda-feira, dia 25, às 10 horas e 30 minutos, no Salão Nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei Complementar nº 80/2019, do Sr. Governador.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto do Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinada com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e Redação; Administração Pública e Relação do Trabalho; Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se segunda-feira, dia 25, às 11 horas, no Salão Nobre da Presidência, coma finalidade de apreciar o Projeto de lei Complementar nº 80/2019, do Sr. Governador.

Para fazer uso da palavra no Pequeno Expediente, tem a palavra o nobre deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Enio Lula Tatto. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge Lula do Carmo. (Pausa.) Deputado Frederico d’Ávila. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigada, Sr. Presidente, cumprimento V. Exa., os parlamentares presentes, funcionários, as pessoas que vieram nos visitar, telespectadores da TV Assembleia, eu tomo a liberdade, Exa., para ler uma nota que foi enviada por um major da reserva da Polícia Militar. Ele me mandou por e-mail essa nota, disse que enviou para vários jornais e que ele gostaria que fosse publicada, mas que como ele não sabe, eu perguntei para ele se gostaria de que eu lesse a nota aqui no plenário e ele disse que sim. Então, estou lendo com a autorização dele.

“Eu, Hélio Maria Alves, brasileiro, casado, major da reserva da Polícia Militar do Estado de São Paulo, venho a público me manifestar contra o teor de um quadro e texto que estava exposto na Câmara dos Deputados, em Brasília, Distrito Federal, no dia 19 de novembro de 2019, em uma exposição comemorativa do Dia da Consciência Negra.

Sem entrar no mérito do desfecho dos fatos, entendo ser importantíssimo esclarecer a todos que - aí ele coloca em negrito - nós, policiais do estado de São Paulo e de outros estados brasileiros, não somos genocidas. Se combater o crime de racismo significa atacar, caluniar, discriminar homens e mulheres policiais militares que diuturnamente sacrificam suas vidas em defesa da sociedade, então estejam certos que estou saindo dessa tal luta contra o racismo. A propósito, antes que me chamem de fascista, ou racista, é importante informar que sou negro e não sou o único. Pelo visto, os organizadores do evento e muitos parlamentares, esqueceram que a população brasileira é produto da miscigenação. Policiais militares não vêm de Marte”.

Porque eu achei importante ler essa nota? Porque mostra uma grande dor por parte desse policial, que é negro e que não aceita, corretamente, ser chamado de genocida. Eu entendi importante para que a esquerda comece a refletir sobre os seus excessos, sobre as ofensas que reiteradamente pratica a pessoas que são coletivizadas em categorias. Eu sou uma filha da USP. Eu sei o tanto que nas universidades grupos coletivos são estigmatizados de maneira injusta.

Então, o policial militar é criminalizado nos ambientes universitários, nos ambientes tipicamente esquerdistas, como se fosse, por princípio, assassino, racista, genocida, criminoso, quando, eventualmente, existem situações pontuais, individualizadas e individualizáveis, de crimes que devem, sim, ser punidos, investigados e coibidos.

Por que eu decidi falar sobre isso hoje? Primeiro porque eu recebi essa mensagem na madrugada, entre ontem e hoje, e segundo, porque os esquerdistas também são culpados pelo radicalismo de direita que está nascendo no nosso país. Não é mais possível deixar de reconhecer que os excessos da direita nada mais são do que reação aos excessos da esquerda.

Quando grupos, de maneira coletiva, atribuem a profissionais ou a categorias adjetivos extremamente ofensivos, como “racista”, “fascista”, e outros tantos, estão, infelizmente, plantando reações exageradas e radicais, que estão acontecendo e começam a nascer no nosso país.

É necessário que os dois lados entendam que esse discurso coletivizante não pode permanecer. É muito fácil atribuir o fascismo, o radicalismo, o nazismo e outros ismos ao grupo que está do lado de lá, sem reconhecer a responsabilidade nessa reação exagerada.

Então, eu tomei a liberdade de ler, com autorização, esse manifesto de dor deste policial militar negro, indevidamente chamado de genocida - porque tratou-se uma categoria inteira como tal -, para demonstrar que é necessário ter um recuo dos dois lados.

É necessário ter um recuo dos dois lados, porque a continuar esse tipo de tratamento, nós podemos ter uma situação de conflito, em um país que é marcado pela paz, não pela passividade. Esse tipo de manifestação mostra a mágoa de um grupo que deve e precisa ser respeitado.

Então, é necessário fazer essa revisão de culpas. Eu não me nego, nunca me neguei a atacar, até, ou a apontar os excessos das pessoas que se declaram de direita. Fui categoricamente contrária à iniciativa, por exemplo, do meu colega Frederico de fazer aqui uma homenagem a um ditador de direita, mas é necessário que aquelas pessoas que se reconhecem como de esquerda comecem a olhar os seus excessos, as suas injustiças, ao coletivizar, ao estigmatizar, de maneira abrangente, comportamentos puníveis, que que são individualizáveis.

É muito confortável pedir, por exemplo, a cassação do colega Frederico, por um ato que considero equivocado, muito equivocado, quando a esquerda reverencia ditadores e totalitaristas que estão matando, inclusive nos dias de hoje. Não só historicamente, como o Mao Tsé-Tung, Stalin, Lenin e outros tantos, mas estão matando, inclusive nos dias de hoje, sob palmas dos políticos esquerdistas no Brasil.

Entendo que o colega errou, porque o mal não se combate com o mal. Nós precisamos dialogar, refletir e falar claramente sobre o que está acontecendo, mas um pronunciamento como esse mostra a mágoa que está no coração das pessoas que estão sendo indevidamente ofendidas.

É necessário olhar para isso, sob pena do Brasil chegar a uma situação parecida com a dos países vizinhos. Eu não quero isso para o meu país, mas eu sei que tem político esquerdista que quer, e está, inclusive, incentivando comportamentos agressivos na nação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigad, deputada. Peço para o nosso serviço aqui ver a campanha, que não tocou, ver o que está acontecendo. Muito obrigad.

Convidamos agora a deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Excelentíssimo Sr. Presidente, deputado Gilmaci, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público que nos assiste pela nossa TV Alesp.

Sr. Presidente, começou a rolar uma propaganda a partir do dia 20 de novembro, que foi o Dia da Consciência Negra, e que não chamou atenção. Eu não vou nem dizer o nome da fábrica, da marca, porque não é bem por aí. Eu só quero parabenizar a forma como foi colocada.

O conceito da campanha da marca - é uma marca de móveis - é o seguinte: “chegou a hora de redecorarmos nosso vocabulário, a partir de 20 de novembro vamos começar a abolir o termo criado-mudo”.

Eles explicam o porquê. Em 1820, os escravos que faziam os serviços domésticos eram chamados de criados. Alguns desses homens e mulheres passavam dia e noite imóveis ao lado da cama, com um copo de água, roupas, ou o que mais fosse.

Porém, alguns senhores achavam incômodo o fato de eles falarem, e muitos chegaram, inclusive, a perder a língua. Outros sofreram duras punições para aprender a nunca se mexer quando houvesse alguém dormindo. Tinha que ficar imóvel.

Um dia, surgiu a ideia de uma pequena mesinha para ficar ao lado da cama, usada, basicamente, para apoiar objetos. Esse móvel exercia a mesma função do escravo doméstico, e foi chamado de criado. Então, para não confundir os dois, passaram a chamar o móvel de criado-mudo.

Dois séculos depois, sem a gente se dar conta, ainda carregamos termos racistas como esse. Sabemos que é sempre tempo de mudar e evoluir, então a marca informa que passará a abolir o nome criado-mudo de suas lojas. Daqui para frente, chamarão este móvel simplesmente de mesa de cabeceira. Aliás, a gente, no Rio de Janeiro, sempre falou de mesinha de cabeceira.

Muito bem. A gente, às vezes, não consegue entender algumas verdades da história escravista deste país, mas a gente tem que estar sempre lembrando, e sempre explicando determinadas coisas.

Por exemplo, o assassino do Mestre Moa do Katendê, lá da Bahia, foi condenado a 22 anos de prisão em regime fechado, e já a tentativa do assassinato do professor Juarez Xavier, professor da Unesp, intelectual, uma pessoa do maior respeito, enfim, nós falamos inclusive sobre isso ontem...

O caso dele foi enquadrado como injúria racial e lesão corporal. O que desidratou a acusação de racismo e a tentativa de assassinato. O indivíduo pagou mil reais de fiança e já está solto. Ou seja, não existe aqui a questão do crime de racismo inafiançável. Isso aí é balela.

Temos ainda muito caminho para percorrer, e eu queria agora me referir aqui à fala da grande deputada, professora Janaina Paschoal. A gente entende, e eu sou até suspeita para falar de algumas coisas, porque V. Exa. sabe que desde que eu cheguei a esta Casa - e isso foi em 2011 - eu sempre ocupo este púlpito aqui toda vez que acontecer qualquer coisa de preconceito, não só do racismo, mas de qualquer tipo de preconceito.

Eu não suporto preconceito. Eu, cidadã brasileira Leci Brandão da Silva, e, como parlamentar, evidente que eu tenho que fazer alguma coisa para defender o segmento, porque cada um que vem aqui defende o seu segmento, haja vista aí os militares, seja oficiais ou praças, enfim, cada um defende a sua classe, e é para isso que eles vieram para cá, porque foram votados para isso.

Ontem eu vi o meu querido amigo - trato ele com o maior respeito também -, Coronel Nishikawa discordar de mim, porque ele acha que essa coisa do negro, do branco, não existe, e tal, mas é a pesquisa, é a realidade. Está aí para a gente ver. A gente sabe que existe uma cor de pele neste país que é perseguida, sim, por essa questão da Segurança Pública.

A gente já cansou de pedir isso aqui. Negro, em princípio, seja preto ou seja pardo, homem negro ou pardo, em princípio, é suspeito. Quem disse isso foi um militar de alta patente em uma cidade do interior de São Paulo.

A gente recebe denúncias, a gente sabe de inúmeros casos, mas não estou querendo colocar aqui coisas radicais. Não é isso. O que a gente sabe é que, até em função da história do Brasil, a população negra é uma população que dizem que está na base da pirâmide.

A senhora não vê, por exemplo, negros e negras no poder deste país, nos poderes do país. É muito raro. Tanto que, quando acontece alguma coisa, a gente vai para o jornal, faz entrevista. “Segunda negra, primeiro negro, terceiro negro.” Isso é muito ruim, mas faz parte da realidade brasileira.

Ontem, o Sargento Neri falou uma coisa aqui com a qual até concordei. Ele disse o seguinte: “Fizeram lá o quadro do policial matando um negro, mas tinha que ter também um quadro...”

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Deputada, desculpe. Estamos com um problema na nossa campanha, mas é só para informar que o seu tempo já se encerrou.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Tudo bem. Quando estou aí, às vezes, as pessoas passam um pouquinho e nunca reclamei de ninguém.

Acontece o seguinte: às vezes, a questão radical é ruim. Então, o que o Sargento Neri falou? Que tinha que ter também um quadro com um policial morto, assassinado por um homem negro. Eu entendi o que ele colocou. Entendi e nem perguntei e nem discuti. É uma questão muito difícil.

A gente ainda vai passar muitos e muitos anos discutindo sobre isso, mas o que interessa é que, hoje em dia, a questão da tolerância está muito ruim. Ninguém suporta mais ninguém, todo mundo persegue todo mundo e a cultura do ódio foi colocada e em pouquíssimo tempo ela aumentou bastante.

Apenas isso. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigad, deputada. Convidamos agora o deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputado Major Mecca.

O SR. MAJOR MECCA - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, integrantes da Mesa, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nossos funcionários, amigos da galeria, todos os que nos assistem pela TV Assembleia e pelas redes sociais.

Hoje, em São Paulo, paira uma insatisfação muito grande dos cidadãos de bem e, principalmente, entre os integrantes da Segurança Pública. É uma insatisfação enorme de todos os policiais militares, policiais civis, técnico-científicos e agentes de segurança penitenciária. Entre todos.

Nós vivemos um momento em que se fazem cartazes acusando e ofendendo policiais militares. Sabemos que esse tipo de postura, na verdade, não nos conduzirá a ponto algum. Nós, policiais militares, policiais em geral, sempre fomos atacados pela imprensa, sempre fomos apontados como truculentos, como pessoas que usurpam da lei para defender o cidadão de bem.

E nós sabemos que isso não é verdade. Existem casos isolados. No entanto, 99,9% dos nossos policiais são de classes humildes. Todos nós viemos da periferia, conhecemos a realidade da periferia e, nas periferias, ajudamos muito os cidadãos pobres, sejam brancos, negros, homens, mulheres, homossexuais, seja quem for. Nós sempre estendemos as mãos e atendemos a todos.